

Quem administra a dívida pública federal?

No Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é o órgão responsável por “administrar as dívidas públicas mobiliária e contratual, interna e externa, de responsabilidade direta e indireta do Tesouro Nacional”, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, em observância ao Decreto nº 4.643, de 24/03/2003.

Segundo a Portaria nº 29, de 21 de janeiro de 2016, o objetivo da gestão da Dívida Pública Federal - DPF, nela consideradas as dívidas interna e externa de responsabilidade do Governo Federal, tem o objetivo de suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do governo federal, ao menor custo no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco e, adicionalmente, buscando contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos.

Essa mesma portaria definiu os relatórios a serem divulgados regularmente pelo Tesouro Nacional. Em consequência desse seu papel, a Secretaria do Tesouro Nacional publica, no endereço <http://tesouro.fazenda.gov.br/>, uma série de documentos sobre a gestão da Dívida Pública Federal – DPF, dentre os quais destacam-se: Relatório Mensal da Dívida Pública Federal – RMD, Relatório Anual da Dívida Pública Federal – RAD e Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública Federal – PAF. Os referidos documentos são apresentados nas versões em português e inglês. Além das informações publicadas no endereço eletrônico, a Secretaria disponibiliza dados sobre a DPF no [Portal Tesouro Transparente](#) e em outros documentos, como o [Livro Dívida Pública: A Experiência Brasileira](#) e o Balanço do Setor Público Nacional, que contém informações mais abrangentes sobre todos os ativos e passivos do governo federal, bem como de estados e municípios.

Assim, os cidadãos brasileiros que tenham interesse em conhecer e acompanhar a gestão e a evolução da Dívida Pública Federal têm, nas diversas informações disponibilizadas pelo Tesouro Nacional, o arcabouço necessário para pesquisa e estudo, podendo exercer o seu direito de fiscalização sobre o bem público.

Abaixo, veja mais informações sobre as divulgações da STN:

a) [Relatório Mensal da Dívida Pública Federal - RMD](#)

O RMD, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional desde fevereiro de 2007, tem como propósito a divulgação periódica de estatísticas unificadas sobre a DPF, consolidando as informações da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) e as referentes à dívida externa (DPFe). Atualmente, para elaboração desse relatório, são utilizados os dados extraídos do Sistema Integrado da Dívida – SID, banco de dados no qual o Tesouro Nacional registra todas as operações financeiras da DPF, que são conciliadas periodicamente junto às Centrais de Custódia (SELIC, CETIP e CBLC).

O RMD é um compêndio mensal de informações detalhadas e precisas sobre a DPF em poder do público que abrange empréstimos contraídos pelo Governo Federal junto a instituições financeiras públicas ou privadas, no mercado financeiro interno ou externo, bem como junto a empresas, organismos nacionais e internacionais e pessoas físicas (Tesouro Direto).

Dentre as informações constantes no RMD, destacamos as emissões e resgates de títulos e os indicadores financeiros da Dívida Pública (custo médio, prazo médio, perfil

de vencimentos e estoque da dívida) para o mês anterior à sua divulgação. Além disso, anexo ao relatório, são disponibilizadas para consulta as séries históricas das mesmas informações.

b) Relatório Anual da Dívida Pública Federal - RAD

O RAD é um documento que tem o objetivo de complementar o Plano Anual de Financiamento - PAF, aumentando a previsibilidade e a transparência da atuação do Tesouro Nacional. Ele propõe uma análise retrospectiva do gerenciamento da DPF para o ano findo, permitindo avaliar o processo de execução dos objetivos e metas, inclusive em termos de recursos humanos e tecnológicos, e seus resultados. O RAD também é utilizado como instrumento de reflexão sobre as melhores práticas de gestão da dívida pública.

O RAD traz um balanço da evolução das expectativas econômico-financeiras ao longo do ano e resume os avanços da administração da DPF em relação às metas traçadas no ano anterior, mostrando os resultados alcançados em termos de estoque, prazo e composição da dívida, além de oferecer uma análise da evolução dos riscos aos quais a dívida está exposta. Comparado com o RMD, o Relatório Anual detalha mais os eventos, cenários, estratégias e reações da STN quanto à execução da estratégia no ano que passou. Por fim, destaca os principais avanços institucionais ocorridos ao longo do ano em termos de estrutura organizacional, sistemas tecnológicos, eventos e processos de decisão.

c) Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública Federal – PAF

O PAF é uma publicação do Tesouro Nacional editada desde 2001 na qual são divulgados os objetivos, as diretrizes, a estratégia e as metas da instituição em relação à gestão da DPF. Figura como um dos principais instrumentos que o Tesouro Nacional dispõe para informar à sociedade e aos agentes de mercado os rumos adotados na condução da DPF. Mais que uma ferramenta de planejamento, o PAF consolidou-se como um instrumento de ampliação da transparência e da previsibilidade no gerenciamento da dívida pública.

Esta publicação proporciona análise detalhada do programa de ações do Tesouro Nacional, expondo o conjunto de diretrizes e metas a ser observado na gestão da DPF em cada ano. Apesar do foco na projeção de curto prazo, seu produto é derivado de um processo de planejamento de médio e longo prazos.

O objetivo da gestão da DPF é minimizar os custos de financiamento no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, busca-se contribuir para o bom funcionamento do mercado de títulos públicos. As diretrizes a serem seguidas para garantir tal objetivo consistem em reduzir a parte da dívida indexada a taxas flutuantes, buscando, ao mesmo tempo, aumentar a parte prefixada e indexada à inflação, além de promover o alongamento do prazo médio da dívida e reduzir sua parcela que vence no curto prazo.

Tomando por base as estratégias traçadas, o PAF apresenta os valores mínimos e máximos, projetados para o final do período, de cada um dos indicadores da DPF considerados relevantes, expressos na forma de limites indicativos. O documento também apresenta capítulo específico com indicadores dos riscos financeiro e de refinanciamento. As expectativas apresentadas no PAF refletem critérios técnicos, em harmonia com práticas internacionais de administração de dívida pública. De fato, o planejamento e a execução das atividades de administração da DPF pelo Tesouro

Nacional vêm sendo fortalecidos e aprimorados, constituindo-se em um dos fatores responsáveis pela qualidade dos resultados obtidos.

d) [Portal Tesouro Transparente - TT](#)

O Tesouro Transparente (TT) é um canal de disponibilização das informações geradas ou consolidadas pelo Tesouro Nacional. O portal funciona como um grande banco de dados das finanças públicas brasileiras, abrangendo inclusive informações sobre a Dívida Pública Federal.

Em sua segunda fase, inaugurada em março de 2017, o TT passou a disponibilizar ferramentas de visualização de dados em formato de séries temporais (**Painel de Séries Temporais**) que tornam mais acessíveis e inteligíveis os conteúdos do portal, proporcionando uma experiência mais amigável ao usuário por meio da fácil manipulação de informações e geração automática de gráficos e relatórios. Dentro do tema “Dívida Pública” estão disponibilizadas informações sobre as operações do Mercado Primário, estoque, vencimentos e custo médio da dívida, além de conteúdos sobre o Tesouro Direto e o Mercado Secundário.

Também são disponibilizados dados em formato aberto (**Tópicos de Dados Abertos**), planilhas completas que podem ser livremente utilizadas para diversos fins. Isso fortalece mais ainda o compromisso do Tesouro Nacional com a transparência na gestão pública e com as iniciativas internacionais de incentivo à participação social, principalmente no sentido de aumentar a fiscalização quanto ao uso dos recursos públicos. No tema Dívida Pública, estão disponibilizadas informações sobre os fatores de variação da dívida, tais como os diversos tipos de emissão e resgate, a execução orçamentária e também sobre as garantias concedidas em operações de crédito externas.

e) [Balço do Setor Público Nacional](#)

O BSPN apresenta informações dos entes da Federação, de natureza contábil, patrimonial, financeira e orçamentária, consolidadas nacionalmente e por esfera de governo.

A intenção a longo prazo é a evidenciação de informações de natureza contábil patrimonial, financeira e orçamentária capazes de subsidiar estudos e avaliações das contas nacionais, e com isso promover ganhos de eficiência na tomada de decisão pelos gestores públicos, bem como configurar um elemento de *accountability*, com o fim de ampliar o poder de participação e fiscalização da sociedade.

f) [Livro Dívida Pública: A Experiência Brasileira](#)

A publicação explora a experiência do país no gerenciamento da dívida pública, em documento único, ao abranger desde os primeiros registros de endividamento brasileiro até o atual estado de administração da Dívida Pública Federal.

A publicação tem interesse acadêmico, de investidores, analistas financeiros, agências de classificação de risco, estudiosos e jornalistas. Sua elaboração contou com a participação de um grupo de profissionais diretamente ligados aos temas desenvolvidos, em sua grande maioria servidores do Tesouro Nacional, além de autores do Banco Mundial e de outras instituições do Governo Federal e da academia.

g) [Cronograma Anual de Leilões da Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi](#)

Cronograma Anual apresenta as datas dos leilões, os tipos de leilões a serem realizados em cada data, os títulos a serem ofertados em cada leilão e as datas de vencimentos destes títulos.

Auditoria da Dívida Pública

Além do papel fiscalizador da sociedade, a dívida pública também é fiscalizada por dois órgãos principais: O Tribunal de Contas da União - TCU e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU

Auditoria é o processo, baseado em conjunto de procedimentos técnicos, de confrontação entre uma situação encontrada (condição) e um determinado critério aplicado, de forma independente, sobre uma relação que envolve a obrigação de responder por uma responsabilidade conferida (relação de *accountability*).

No que tange ao controle externo, o TCU possui mandato constitucional (CF, art. 71) e legal (Lei Federal nº 8.443, de 1992) para realizar auditorias na gestão da Dívida Pública Federal, com escopo abrangente, ampliado pela própria LRF. Essas auditorias podem ser tanto de conformidade (que buscam comparações com normas e regulamentos) quanto operacionais (que visam avaliar a eficiência e a eficácia, bem como o atingimento de metas pelos gestores de dívida pública) e seus resultados podem ser acessados pelo portal do próprio TCU (<http://portal.tcu.gov.br/control-e-fiscalizacao/>).

Atendendo a requisito de transparência fiscal do FMI, item 4.2.5 do Manual de Transparência Fiscal – MTF de 2007, as finanças e as atividades governamentais, incluindo a administração da dívida pública, são internamente auditadas, sendo o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU a instituição competente para realizar auditoria governamental no âmbito do Poder Executivo Federal. Essas auditorias e seus resultados são disponibilizados no portal da CGU (<http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao>).

A auditoria governamental é uma parte indispensável do sistema regulatório, estabelecida com o intuito, dentre outros, de detectar e revelar desvios de padrões e violações de normas. O auditor atua de forma independente sobre uma relação de *accountability* entre um delegante (Congresso Nacional, presidente, ministro) e o gestor público. O primeiro delega responsabilidade para que o segundo proceda à gestão dos recursos governamentais em proveito da coletividade, assim como delega responsabilidade para que o auditor realize o acompanhamento dessa gestão e apresente os devidos relatórios, compondo assim um triângulo com um vértice para cada agente.

Complementarmente, a partir da promulgação da Resolução nº 42, em 01/11/2016, foi criada a Instituição Fiscal Independente (IFI), no âmbito do Senado Federal, com a finalidade de acompanhar a execução orçamentária e fiscal do país. Essa Instituição tem prerrogativa para solicitar informações aos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, porém suas competências não excluem nem limitam as competências de órgãos jurisdicionais, normativos ou de controle, e seus relatórios devem ser tornados públicos após aprovação do Conselho diretor.

Além dos órgãos oficiais de auditoria e fiscalização, existem outras formas pelas quais a sociedade pode controlar a gestão da dívida. Os deputados e senadores, por exemplo, podem fazer requerimentos de informação sobre pontos específicos ou podem convocar os gestores da política econômica para prestar esclarecimentos e informações gerais. Outros atores da sociedade, como pesquisadores, professores, estudantes e formadores de opinião, também avaliam constantemente os dados publicados e checam sua consistência, publicando relatórios e artigos na imprensa, na internet ou em publicações acadêmicas.